

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.464.615 - MG  
(2019/0067054-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : BANCO SAFRA S A  
**ADVOGADOS** : FERNANDO DENIS MARTINS - SP182424  
WILLIAM CARMONA MAYA - SP257198  
MARCOS DOMINGOS NETO - MG142471N  
**EMBARGADO** : PARANAÍBA FERTILIZANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
**EMBARGADO** : JOAO LUIZ BOARETO  
**EMBARGADO** : LEONARDO BALDEZ AUGUSTO  
**ADVOGADO** : LUCIANO VILELA NUNES - MG077199N

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO DE FATO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

## **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Banco Safra S.A. à decisão monocrática de fls. 458-461 (e-STJ), na qual esta relatoria conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 463-492), argui o embargante a existência de erro material e obscuridade na decisão unipessoal.

Impugnação às fls. 495-497 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Os embargos de declaração constituem modo de impugnação à decisão judicial de fundamentação vinculada, sendo apenas cabíveis nas hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, quais sejam, a omissão, a obscuridade e contradição, bem como para sanar erro material.

O recurso em comento visa unicamente aperfeiçoar as decisões judiciais, de modo a prestar a tutela jurisdicional de forma clara e completa, não tendo por finalidade revisar ou anular decisões. Apenas, excepcionalmente, ante o esclarecimento de obscuridade, desfazimento de contradição ou supressão de omissão, prestam-se os aclaratórios a modificar o julgado.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO. REQUISITOS PARA PERCEPÇÃO. ART. 56, INCISO III, §§ 4 E 5º, DA LEI 11.907/09. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. IMPERTINÊNCIA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS COMO VIOLADOS. INCAPACIDADE DE INFIRMAR O ARESTO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO NÃO COMBATIDO. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 126/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRETENSÃO DE REEXAME E ADOÇÃO DE TESE DISTINTA.

1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual se deveria pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material.

2. Não são cabíveis os embargos de declaração cujo objetivo é ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com tese distinta.

3. O acórdão embargado foi categórico ao afirmar que o Tribunal a quo, ao entender pela necessidade de regulamentação da Lei 11.907/2009 para a concessão da Gratificação de Qualificação aos detentores de curso de graduação, não analisou a tese de que a regulamentação da matéria está prevista na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4. Também não discutiu a instância de origem o preenchimento pelo autor dos requisitos previstos no art. 56, inciso III, §§ 4 e 5º, da Lei 11.907/09 para a concessão da Gratificação de Qualificação, porquanto considerou aquele Tribunal que o pagamento da vantagem estava condicionado à regulamentação pelo Executivo, conforme expresso no § 6º do mesmo dispositivo legal, o que ocorreu apenas em fevereiro de 2013.

5. Os artigos de lei apontados como violados são considerados impertinentes quando não possuem comandos legais suficientes para afastar a tese adotada no acórdão regional.

6. Não foi rebatido (Súmula 283/STF), tampouco impugnado por meio de recurso extraordinário (Súmula 126/STJ), o fundamento da Corte de origem, no sentido de que o poder regulamentar "trata-se de verdadeira prerrogativa da Administração Pública a definição desses critérios, e o Poder Judiciário não pode vir substituir a vontade da Administração. Assim, a sentença vergastada, ao fazê-lo, de fato viola a separação de Poderes." (fl. 292, e-STJ).

Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt no REsp 1589590/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 23/08/2016).

Na hipótese dos autos, o embargante alega, primeiramente, a existência de

# Superior Tribunal de Justiça

erro material, defendendo que os arquivos que contêm os julgados paradigmas não foram juntados a estes autos.

Ora, independentemente da correta juntada dos julgados paradigmas, o recurso especial deve conter a identificação adequada dos julgados que fundamentam a suposta existência de dissídio jurisprudencial, o que não aconteceu. Logo, a alegada falha na juntada dos arquivos é irrelevante, uma vez que o recurso especial se mostrou deficiente na demonstração de existência do dissídio jurisprudencial.

Por fim, sustenta o embargante a ocorrência de obscuridade no *decisum* no tocante à tese defendida no recurso especial, alega que a sua tese não é de impossibilidade de indeferimento do incidente sem prévia manifestação das partes.

Percebe-se que o embargante tenta mudar a sua tese recursal, na esperança de obter uma melhor sorte.

Veja-se à fl. 364 (e-STJ) a tese defendida pelo recorrente no seu recurso especial:

Ocorre que, não é possível indeferir de plano a Desconsideração da Personalidade Jurídica pleiteada, mas sim determinar a citação das pessoas Requeridas para que apresentem sua defesa e só então depois disso decidir se é cabível ou não julgar procedentes os pedidos feitos pelo credor que pretende a Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Vê-se claramente que a tese defendida foi a impossibilidade do indeferimento do incidente sem prévia manifestação dos requeridos.

Dessa forma, inexistentes o erro material e a obscuridade alegados.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

